

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 15 a 19 de fevereiro de 2016, em Brasília.

## A LARGADA PARA O ANO POLÍTICO

### Os grandes temas do ano passado permanecem na pauta política em 2016.

Impeachment, saída de Eduardo Cunha e Lava Jato devem continuar a atrair grande parte da atenção dos parlamentares. Entretanto, outros temas difíceis chegam ao palco e ajudam a manter a instabilidade política como marca também para este ano.

**A proliferação do vírus zika deve ocupar grande parte da agenda do governo federal e dos estaduais.** A opinião pública está voltada para essa emergência que pode atingir diretamente suas vidas. Por isso, as cobranças dos governos devem se voltar nessa direção.

**A crise fiscal que atinge o governo federal, também é uma realidade para os governos estaduais.** A emergência pode criar um consenso nacional para superar ou conviver, no limite, com esse desequilíbrio. Cada vez mais se levanta a bandeira de que o corte de gastos não será suficiente para aplacar as dificuldades. Aumentos

de tributos já tem sido adotados pelos governos estaduais. Entretanto, aumentos de grande impacto em nível federal podem atrair a mobilização popular contrária, assim como já se vê entre as centrais sindicais por conta do debate da Reforma Previdenciária.

**Nesse novo contexto, o grande embate político público, entre governo e oposição será em torno da volta da CPMF.** O governo federal afirma que ela é fundamental e que também ajudará na gestão de governadores e de prefeitos. Nos bastidores, governos da oposição trabalham pela aprovação. Mas no Congresso, de olho nos eleitores, se manifestam contra.

**Pesa ainda contra os planos do Planalto a realização das Eleições Municipais em outubro.** Essas devem dar palanque para seus opositores acirrarem os ânimos da população em manifestações contra o Governo. Soma-se a essa instabilidade a abertura de nova janela de mudança de partido em fevereiro/março, que promete alterar as bancadas da Câmara e reduzir o bloco de apoio ao governo.

## Poder Executivo

### Presidência da República

A presidente **Dilma Rousseff** se reuniu na manhã desta segunda (15) com o ministro **Marcelo Castro** (Saúde) e, na sequência, liderou a reunião de coordenação política. Entre os itens discutidos pelo grupo, constou o balanço sobre o Dia Nacional de Combate ao *Aedes aegypti*, realizado no último sábado (13), cujo tema foi "Zika Zero".

No período da tarde, Dilma recebeu no Palácio do Planalto, os líderes dos partidos que compõem a base aliada no Senado, a reunião teve como objetivo de conseguir o apoio necessário entre os parlamentares para aprovar os projetos prioritários para o governo neste ano. Nesta terça (16), está previsto um encontro semelhante entre Dilma e os líderes da base na Câmara dos Deputados.

### Vice-Presidência

Nesta sexta (19), o vice-presidente **Michel Temer** visita Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES). As viagens fazem parte de sua caravana, que passará pelas principais capitais brasileiras para tentar reunificar o PMDB em torno de um projeto nacional. Além de encontros com os correligionários, a agenda de Temer prevê, ainda, eventos com setores da sociedade civil, empresários, entidades religiosas e a mídia local.

Casa Civil	O ministro <b>Jaques Wagner</b> acompanhou a presidente Dilma Rousseff em seus compromissos ao longo desta segunda (15).
Secretaria de Portos (SEP)	O ministro <b>Helder Barbalho</b> esteve hoje no Rio de Janeiro/RJ, onde compareceu à apresentação das Ações de Prevenção e Combate ao Mosquito Aedes Aegypt no Porto do estado. Na sequência, realizou a assinatura do Contrato de Concessão de Terminal de Uso Privado pela a Empresa Brasil Port Logística Offshore e Estaleiro Naval Ltda.
<b>Ministério das Cidades (MCid)</b>	<p>Nesta segunda (15) o ministro <b>Gilberto Kassab</b> participou da reunião de coordenação política e, na sequência, compareceu à Sessão de Abertura do Ano Judiciário e Cerimônia Solene de posse do Conselho Superior da Magistratura, biênio 2016 – 2017.</p> <p>O ministério irá lançar nesta terça (16), a <b>20ª edição do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos</b> e a <b>13ª edição do Diagnóstico de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos</b>, ambos referentes ao ano de 2014. Os documentos são baseados nos dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) fornecidas por prestadores de serviços e abrangem aspectos operacionais, administrativos, econômico-financeiros, contábeis e qualidade dos serviços de abastecimento de água em 5.114 municípios e sobre o esgotamento sanitário em 4.030 cidades, que correspondem a 98% e 92,5%, respectivamente, da população urbana do país.</p>
<b>Ministério da Fazenda (MFAZ)</b>	O ministro <b>Nelson Barbosa</b> deve se reunir nesta terça (16) com os senadores da bancada do PT. É o primeiro encontro do grupo com Barbosa desde que ele assumiu a pasta. A reunião foi solicitada pelos parlamentares e a intenção é <u>discutir quais são os projetos da área econômica considerados essenciais pelo novo ministro</u> .
Banco Central do Brasil (BACEN)	<p>O BC começa a receber hoje (15) a <u>declaração anual da pesquisa de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE)</u> relativa ao ano de 2015. Estão obrigadas a prestar as informações pessoas físicas e jurídicas residentes no país, que tinham no exterior ativos de valor igual ou superior a US\$ 100 mil, em 31 de dezembro de 2015. A declaração deve ser entregue até o dia 5 de abril de 2016. O preenchimento da declaração é feito em formulário eletrônico que estará disponível na <a href="#">página</a> do BC na internet.</p> <p>O <b>Boletim Focus</b> divulgado hoje (15) estimou que a projeção para o IPCA passou de 7,56% para 7,61%. Para 2017, a estimativa segue em 6%. As estimativas de inflação estão distantes do centro da meta de 4,5%, e neste ano superam o teto de 6,5%. O limite superior da meta em 2017 é 6%. Mesmo com inflação alta, as instituições financeiras não esperam que o BC suba a taxa básica de juros, a Selic, neste ano de retração da atividade econômica. A projeção para o final de 2016 permanece em 14,25% ao ano, há duas semanas. No próximo ano, a expectativa é de redução da taxa Selic. Mas a projeção para o fim de 2017 foi ajustada de 12,50% para 12,75% ao ano. A pesquisa do BC também traz a projeção para a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que subiu de 7,72% para 7,98% este ano. A estimativa para 2017 segue em 5,50%. Para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), a estimativa passou de 7,29% para 7,72% este ano, e permanece em 5,50% em 2017.</p>

<p>Comissão de Valores Mobiliários (CVM)</p>	<p>A estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), foi alterada de 7% para 7,04%, em 2016, e de 5,30% para 5,40%, no próximo ano. A projeção para os preços administrados permanece em 7,70% este ano e em 5,50% em 2017.</p> <p>O presidente <b>Leonardo Pereira</b> cumpre agenda internacional indo a Madri (Espanha) e Sydney (Austrália) para participar da <b>Reunião do Board e Forças-Tarefas da Organização Internacional das Comissões de Valores</b> e da <b>Reunião do Comitê nº 8 da Organização Internacional das Comissões de Valores</b>, acompanhado pelo superintendente de Relações Internacionais, <b>Eduardo Ribeiro</b>, e pelo superintendente de Proteção e Orientação aos Investidores, <b>José Alexandre Vasco</b>.</p>
<p><b>Ministério da Justiça (MJ)</b></p>	<p>Nesta segunda (15), o ministro <b>José Eduardo Cardozo</b> participou da reunião de coordenação política. E no mais, realizou reuniões internas em seu gabinete.</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b></p> <p>Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)</p> <p>Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL)</p>	<p>O ministro <b>Eduardo Braga</b> após participar da reunião de coordenação política, recebeu <b>Silval Zaidan</b>, presidente da Celg.</p> <p>O diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis, <b>Ricardo Dornelles</b>, cumpre agenda internacional indo a Nova Orleans (EUA) para participar da e proferir palestra na “<b>Opportunities for Ethanol Export in Key Target Markets</b>”, que ocorrerá nesta terça (16). O evento faz parte da <b>National Ethanol Conference</b>, que se encerra nesta quarta (17). O diretor retorna ao País nesta sexta (19).</p> <p>O diretor-geral <b>Romeu Rufino</b> reuniu-se hoje (15) com representantes da Santo Antonio Energia para discutir a repactuação do GSF e proposta de equacionamento financeiro da UHE. Na terça (16), coordena a <b>4ª Reunião Pública Ordinária e Administrativa da Diretoria</b>, devendo comparecer em seguida, à <u>VII Conferência Setor Elétrico Brasil - Santander</u>.</p> <p>O diretor <b>André Nóbrega</b> vai ao Uruguai para participar do <b>Workshop Regional sobre Empresas de Serviços Energéticos na América Latina</b>, devendo retornar ao País neste sábado (20).</p> <p>Representante do Centro vai à Austrália para participar do <b>32º encontro do Comitê Executivo do Acordo Internacional de Cooperação Tecnológica em Hidroeletricidade da Agência Internacional de Energia – IEAHYDRO</b>.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</b></p>	<p>O ministro <b>Armando Monteiro</b> se reuniu nesta segunda (15) com <b>Miguel Braun</b>, secretário de Comércio da Argentina; esteve com <b>Roberto Viana</b> do Grupo STR Recursos Naturais; e recebeu <b>André Regli</b>, embaixador da Suíça no Brasil. Nesta quarta (17), o ministro e o presidente do Sebrae, <b>Guilherme Afif</b>, assinarão um acordo de <u>cooperação técnica para expandir o programa federal de incentivo e capacitação de startups</u>.</p> <p>Nesta quinta (18), o ministro vai a Buenos Aires (Argentina) para tratar das <u>bases do novo acordo automotivo realizado com os argentinos</u>. No encontro, o Brasil espera que a Argentina se comprometa, ao menos, com</p>

um calendário fixo para que as barreiras sejam definitivamente removidas e o esperado encontro de livre comércio entre os dois países se concretize.

A **balança comercial** divulgada nesta segunda (15) apresentou os resultados da segunda semana de fevereiro, com três dias úteis, registrou superávit de US\$ 131 milhões, resultado de exportações de US\$ 1,976 bilhão e de importações de US\$ 1,845 bilhão. A média diária das exportações da segunda semana foi de US\$ 658,7 milhões, 8,6% abaixo da média de US\$ 720,8 milhões da primeira semana do mês, em razão da queda nas exportações de produtos semimanufaturados (-50,8%) – principalmente açúcar em bruto, celulose, semimanufaturados de ferro ou aço, ferro-ligas, ouro em forma semimanufaturada, e couros e peles. Por outro lado, cresceram as vendas de produtos básicos (2,1%) – por conta de minério de ferro, soja em grãos, carne bovina e de frango, café em grão e algodão em bruto – e de manufaturados (1,5%) – em razão de aviões, torneiras, válvulas e partes, veículos de carga, autopeças, açúcar refinado e motores para automóveis. Do lado das importações, houve crescimento de 25,9% entre a média registrada na segunda semana do mês US\$ 615,1 milhões no comparativo com a média diária da primeira semana (US\$ 488,4 milhões), explicada, principalmente, pelo aumento nos gastos com combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, equipamentos eletroeletrônicos, produtos químicos orgânicos e inorgânicos, veículos automóveis e partes, plásticos e obras, e adubos e fertilizantes.

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O ministro **Valdir Simão** concentrou sua agenda em reuniões internas com secretários da pasta.

O Instituto divulgará ao longo desta semana a Pesquisa Mensal de Comércio; a Pesquisa Mensal de Serviços; e a Pesquisa Industrial Mensal: Emprego e Salário referentes à dezembro/2015. Também será divulgada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal.

## Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)

Será realizada nesta quarta (17) o **Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social**, onde será discutido o plano de recuperação de crescimento para o país.

## Ministério dos Transportes (MTrans)

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

O ministro **Antonio Carlos Rodrigues** realizou reuniões internas em seu gabinete.

O Diretor-Geral, **Valter Casimiro Silveira** se reuniu nesta segunda (15) com **Ricardo Lins** da empresa Condomar; participou de videoconferência com as Superintendências Regionais nos Estados; e recebeu o deputado federal **Edinho Bez** (PMDB-SC).

## Poder Legislativo

### Congresso Nacional

A volta do carnaval deve ser marcada pelos debates em torno dos processos de cassação do presidente da Câmara, **Eduardo Cunha** (PMDB-RJ), e do senador **Delcídio do Amaral** (PT-MS). O senador, tem até quinta (18) para apresentar defesa ao Conselho de Ética e convencer o Plenário de que não houve quebra de decoro parlamentar. Já o Conselho

	<p>de Ética da Câmara voltará a analisar o parecer do deputado <b>Marcos Rogério</b> (PDT-RO) pela continuidade das investigações contra o presidente da Casa.</p> <p>Outra discussão importante será a análise do relatório do senador <b>Acir Gurgacz</b> (PDT-RO) com parecer contrário ao entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) que recomendou a rejeição das contas do governo de 2014. Apresentado no final de dezembro, o relatório defende a aprovação, com ressalvas, das contas da presidenta Dilma. A expectativa é que o relatório seja votado até 6 de março.</p>
<p><b>Câmara dos Deputados</b></p>	<p>Na terça (16), líderes de partidos políticos se reúnem com o presidente Eduardo Cunha para definir a pauta da semana.</p> <p>Há grande expectativa ainda com relação a <b>eleição do líder do PMDB</b> nesta quarta (16). O atual líder <b>Leonardo Picciani</b> (RJ) e <b>Hugo Motta</b> (PB) disputam a preferências de seus correligionários.</p>
<p>Plenário</p>	<p>O Plenário tem reuniões deliberativas marcadas de terça (16) a quinta (18), e tem sua pauta trancada pela <b>MPV 695/15</b>, que <u>autoriza a loteria instantânea Lotex a também explorar comercialmente eventos de apelo popular</u> e licenciamentos de marcas e de personagens; e pela <b>MPV 696/15</b>, que <u>modifica a estrutura e as competências de ministérios e de órgãos da Presidência da República</u> (reforma administrativa).</p> <p>O Plenário também deve apreciar a <b>PEC 70/11</b>, que altera o <u>procedimento de apreciação das Medidas Provisórias</u> pelo Congresso Nacional; o <b>PL 37/11</b>, que dispõe sobre o regime de <u>aproveitamento das substâncias minerais</u>; e o <b>REQ 3884/16</b>, que solicita urgência para <u>votação do PRC 108/15</u>, para criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.</p>
<p>Comissão Especial do Marco Regulatório Transporte Rodoviário de Cargas</p>	<p>Amanhã (16) a Comissão promove <b>seminário</b> para debater o tema. Para discutir sobre <u>“Os Agentes do Transporte Rodoviário e seus papéis”</u> deverão participar representantes da CNT, da CNTA, entre outros.</p> <p>Para debater sobre o “trabalhador em transporte: formação e qualificação, jornada, frete, horas e locais de repouso, a questão das drogas” constam entre os convidados o ministro do TST, <b>Augusto César de Carvalho</b>; além de representantes da NTC &amp; Logística, da ABRATOX, da CNTTL.</p> <p>Para discutir sobre o <u>“custo do transporte: Infraestrutura rodoviária, terminais de carga e descarga, pontos de apoio, pedágios”</u> e sobre o <u>“papel do Estado: Tributação, segurança, fiscalização, crédito”</u> devem participar, entre outros, o diretor geral substituto da ANTT, <b>Marcelo Prado</b>; o diretor do DNIT, <b>Luiz Antônio Garcia</b>; além de representantes do Ministério da Fazenda e do BNDES.</p>
<p>Comissão Especial da Reforma Tributária (CETRIBUT)</p>	<p>A Comissão se reúne nesta quarta (17) para discussão e votação do relatório do deputado <b>Andre Moura</b> (PSC-SE).</p>
<p>Conselho de Ética</p>	<p>Na quarta (17), a Comissão se reúne para deliberar sobre a <u>representação do PSOL e REDE</u>, em desfavor do deputado Eduardo Cunha.</p>



CPI do BNDES	Nesta terça (16), a Comissão se reúne para leitura e discussão do relatório final da CPI.
CPI Fundos de Pensão	<p>Amanhã (16), a Comissão realiza <b>audiência pública</b> para tomada de depoimento do presidente do TRANDBANK, <b>Adolpho Júlio Neto</b>; e do presidente da ENGEVIX, <b>José Antunes Sobrinho</b>.</p> <p>Na quinta (18), a Comissão toma o depoimento do presidente para América Latina e CEO no Brasil do BNY Mellon, <b>Eduardo Adriano Koelle</b>.</p>
<b>Senado Federal</b>	Nesta terça (16), o presidente do Senado, <b>Renan Calheiros</b> (PMDB-AL) se reúne com os líderes partidários, definir os <u>projetos que vão ser analisados com prioridade nos próximos dias</u> . A intenção do presidente é obter uma listagem consensual, entre as lideranças da Casa, das matérias que podem ser votadas.
Plenário	<p>Na pauta de Plenário desta semana tem como destaques o <b>PRS 84/07</b>, que dispõe sobre o <u>limite global para o montante da dívida consolidada da União</u>; o <b>PRS 61/15</b>, que cria a <u>Instituição Fiscal Independente no âmbito do Senado Federal</u>; a <b>PEC 128/15</b>, que trata dos repasses financeiros da União aos Estados, DF e Municípios.</p> <p>Pode ser votado ainda o <b>PLS 555/15</b>, sobre a <u>responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas</u>.</p>
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	<p>A Comissão promove <b>audiência pública</b> amanhã (16) para apreciar o relatório de <u>avaliação dos impactos dos benefícios de ICMS concedidos unilateralmente pelos estados</u>, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria conta com relatoria do senador <b>Lindbergh Farias</b> (PT-RJ).</p> <p>Posteriormente, a Comissão realiza sessão deliberativa, quando pode ser apreciado, entre outros itens, o <b>PLS 298/11</b>, que <u>estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte</u>. O projeto é relatado pelo senador <b>Douglas Cintra</b> (PTB-PE), que apresentou parecer pela aprovação, com emenda.</p>
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	<p>Nesta quarta (17), a Comissão se reúne em sessão deliberativa, quando pode ser apreciado, entre outros, a <b>PEC 13/15</b>, que insere como direito fundamental o <u>meio ambiente ecologicamente equilibrado</u>. A matéria conta com parecer do senador <b>Jorge Viana</b> (PT-AC) pela constitucionalidade, juridicidade e no mérito, favorável.</p> <p>Outro projeto que pode ser apreciado é o <b>PLS 774/15</b>, que dispõe sobre a <u>devolução das prestações pagas em caso de rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóveis</u>. O relator, senador <b>Benedito de Lira</b> (PP-AL), apresentou parecer pela aprovação.</p>
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)	Na quarta (17), a Comissão se reúne para apresentação e discussão do relatório que objetiva instruir a <u>avaliação de Política Pública do "Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)"</u> . A matéria conta com relatoria do senador <b>Randolfe Rodrigues</b> (REDE-AP).

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	<p>Na quarta (17), a Comissão se reúne em sessão deliberativa, quando pode apreciar, entre outros, o <b>PLS 650/11</b>, que torna obrigatório, no âmbito do PMCMV, o <u>atendimento de demandas de acessibilidade para beneficiários idosos ou com deficiência</u>. A matéria conta com relatoria do senador <b>Humberto Costa</b> (PT-SP) pela aprovação, na forma do substitutivo.</p> <p>Ainda na quarta, a Comissão se reúne para a organização das diligências sobre <u>terceirização (PLC 30/15) que serão realizadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul</u>, nos dias 18 e 19 de fevereiro.</p>
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)	<p>Amanhã (16), a Comissão se reúne para deliberar entre outras matérias, o <b>PLS 443/13</b>, que determina a <u>obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais do PMCMV e nos assentamentos localizados em áreas urbanas</u>. O senador <b>Paulo Rocha</b> (PT-PA) apresentou parecer pela rejeição.</p>
Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)	<p>Na quarta (17), a Comissão promove sessão deliberativa, quando pode ser apreciado, entre outros itens, o <b>PLS 364/15</b>, que reconhece a <u>competência do Poder Executivo para alterar os componentes do Sistema Federal de Viação</u>. A matéria conta com parecer do senador <b>Paulo Rocha</b> (PT-PA) pela aprovação, com emendas.</p>
Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN)	<p>A Comissão se reúne nesta quarta (17), às 14h30, quando pode ser apreciado o <b>PLS 203/14</b>, que trata da <u>manifestação de interesse da iniciativa privada</u>. A matéria conta com relatoria do senador <b>Raimundo Lira</b> (PMDB-PB).</p>
Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens (CTPNSB)	<p>Nesta quarta (17), a Comissão se reúne para apreciação de alterações ao Plano de Trabalho.</p>

## Política

**Troca de partidos deve começar esta semana.** Os eleitores de todo o país poderão ver, nos próximos dias, parlamentares em um troca-troca de partidos. Com a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição 182/2007 marcada para o próximo dia 18, será aberto espaço para que os candidatos às eleições deste ano, que exercem mandatos de deputados ou vereadores, mudem de legenda. Especialista em direito eleitoral, o advogado Luciano Santos aposta que, associada às eleições municipais, a nova regra provocará mudanças significativas. “Existem muitos políticos que querem mudar de partido para ter melhor situação nas eleições. Mesmo no cenário nacional tem ocorrido mudanças em função da situação política do país. Teremos uma grande dança das cadeiras”, disse. Santos é também diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, formado por 46 entidades que acompanharam o debate em torno da reforma política. O grupo defendia um texto diferente do acabou sendo aprovado em dezembro do ano passado no Senado. “A janela vem contra os direitos da sociedade e enfraquece os partidos. Todas as emendas apensadas trabalhavam no sentido contrário, de ter uma sanção para quem muda de partido. E acaba sendo aprovada uma janela deixando todo mundo à vontade para fazer troca de partidos, sem qualquer compromisso com o voto do eleitor. O eleitor acaba sendo mais uma vez desprestigiado do seu voto”, afirmou. O argumento de parlamentares favoráveis à mudança era o de evitar que sejam criados partidos políticos apenas para abrigar parlamentares insatisfeitos com suas atuais legendas. Pelas regras atuais, os parlamentares só podem mudar de partido, sem correr risco de perder o mandato, se forem para uma legenda recém-criada, exceto no caso de eleições majoritárias, como senadores e prefeitos.

**Corte provisório no Orçamento chega a R\$ 7,7 bilhões no Poder Executivo.** Apesar de o governo ter adiado o contingenciamento definitivo do Orçamento para março, o decreto que introduziu a programação financeira para o primeiro trimestre estabeleceu um corte provisório de R\$ 7,7 bilhões nas despesas discricionárias (não obrigatórias) dos ministérios e dos demais órgãos do Poder Executivo. O número foi obtido pela Agência Brasil com base nos valores divulgados pelo Ministério do Planejamento. Para os três primeiros meses do ano, o governo limitou os gastos discricionários do Poder Executivo a R\$ 15,407 bilhões, o que equivale a 3/18 do estimado para 2016. Caso não houvesse corte, a despesa de janeiro a março totalizaria a 3/12: R\$ 23,110 bilhões. Nas emendas parlamentares individuais impositivas, houve um corte provisório de R\$ 753 milhões, o que aumenta o total contingenciado para R\$ 8,4 bilhões. Se somadas as despesas obrigatórias e não obrigatórias, o limite para empenho pelos ministérios até março será de R\$ 146,6 bilhões, 85% desse total (R\$ 124,5 bilhões) são gastos não contingenciáveis, como despesas com saúde e educação. O decreto fixou ainda as metas quadrimestrais de superávit primário – economia para pagar os juros da dívida pública – para o Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social). Da meta total de R\$ 24 bilhões estabelecida para o ano inteiro, o governo deverá economizar R\$ 8,87 bilhões até o fim de abril e R\$ 13,883 bilhões até o fim de agosto. Esses valores, no entanto, funcionam como uma recomendação porque o governo pode economizar menos em um quadrimestre, desde que aumente o esforço fiscal em outro. Para a Previdência Social, o decreto estima déficit de R\$ 129,8 bilhões. O valor é o mesmo aprovado no Orçamento Geral da União. A limitação ficará valendo até que a presidenta Dilma Rousseff e a equipe econômica estabeleçam o valor do contingenciamento que será aplicado nas contas do governo em 2016.

**Temer diz que PMDB 'precisa' ter a Presidência da República em 2018.** O vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), disse em Belo Horizonte nesta segunda (15) que o partido precisa "ter a Presidência da República em 2018". A declaração foi feita durante seu discurso em uma reunião com lideranças do partido em que se discutiu a convenção nacional da legenda, marcada para março. "Dizer que o PMDB não tem poder político, tem. Nós temos novos prefeitos, vereadores, deputados estaduais, federais, senadores, a Presidência da Câmara [dos Deputados], a Presidência do Senado, modestamente a vice-presidência da República, nós temos poder político. O que nós precisamos é ter a Presidência da República em 2018", afirmou o vice-presidente, que em seguida foi aplaudido pelos correlegionários. Apesar da declaração, Temer adiantou, durante a entrevista coletiva, que não será o candidato do partido. Ele disse ainda que o poder político que o PMDB possui atualmente não é suficiente para executar aquilo em que a legenda acredita. "Enquanto nós não tivermos isso, nós ficamos apenas no verbo. E o verbo hoje não tem sido suficiente. Nós temos que ter meio, caneta, para executar aquilo que o verbo peemedebista relata, escreve", afirmou.

**Novo líder do PMDB escolherá presidente da CCJ.** A disputa entre o governo e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para eleger o líder do PMDB este ano definirá, além da composição da comissão do impeachment, o ritmo de 'tramitação de propostas do Executivo na Casa. Caberá ao líder da bancada escolher o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por onde passam todos os projetos de lei que não são orçamentários ou medidas provisórias. É pela CCJ da Câmara, por exemplo, que terá início a tramitação das reformas fiscal e previdenciária que serão anunciadas pelo governo até o fim do mês. Em 2015, controlada por um aliado de Cunha, a comissão travou as discussões sobre as propostas de emenda constitucional (PEC) da Desvinculação das Receitas da União (DRU), da CPMF e do fim do abono de permanência para os servidores públicos. Os dois candidatos a líder têm utilizado o posto para obter apoio político. Com apoio do Planalto, Leonardo Picciani (RJ) deve escolher entre Sérgio Souza (PR) ou Rodrigo Pacheco (MG), indicados por dois Estados que apoiam sua pretensão de ser reconduzido ao comando da bancada. Já Hugo Motta (PB), candidato de Cunha, tem guardado o cargo para conquistar o voto de um dos indecisos ou até de um aliado do atual líder.

**Cristovam troca PDT pelo PPS e pode se candidatar em 2018.** O senador Cristovam Buarque decidiu deixar o PDT depois de mais de uma década para se filiar ao PPS. A mudança deve ocorrer na próxima quarta-feira (17). Cristovam é cotado para ser candidato a presidente da República pelo partido, em 2018. Em conversa com o Blog, neste domingo (14), Cristovam confirmou sua decisão de mudar de partido. Ele lembrou que, quando deixou o PT para se filiar ao PDT, o partido era de oposição. "Saí do PT quando o PT estava no auge do poder. Depois disso, Carlos Lupi pegou um ministério e entrou no governo e sempre dizia que o PDT sairia em dois meses, o que nunca aconteceu", declarou o senador. Ele ainda alfinetou o



movimento do PDT de lançar Ciro Gomes como candidato ao Planalto. Ressaltando que Ciro nada tem a ver com casos de corrupção, Cristovam disparou: "Ciro é o Maluf do PT, já que os militares apoiaram Maluf no fim da ditadura para continuar no poder com um civil." A avaliação de Cristovam é que o PT pode apoiar Ciro Gomes em 2018 para continuar no poder. Ao Blog, o senador reclamou sobre o fato de o PDT não ter proposto prévias abertas para a definição das candidaturas do partido. Questionado sobre sua candidatura à Presidência pelo PPS, Cristovam não descarta esse cenário. "Agora, não vou para o PPS com o compromisso de ser candidato", disse. Neste domingo, Cristovam Buarque também criticou o governo. Para ele, o país está decadente e o Estado quebrou.

**PTB troca deputado que votou contra Cunha no Conselho de Ética.** Aliado do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o líder do PTB, Jovair Arantes (GO), substituiu o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) pelo colega de partido Nilton Capixaba (RO) no Conselho de Ética da Casa. Agora, caberá a Capixaba manter ou não o voto que Arnaldo deu pela continuidade do processo que pode resultar na cassação do mandato de Cunha, investigado na Operação Lava Jato e acusado de ter mentido aos pares, em março do ano passado, na CPI da Petrobras. Se dependesse de Jovair, o colegiado arquivaria o caso – em entrevista ao jornal O Globo em outubro passado, por exemplo, ele disse estar com Cunha “até debaixo d’água”. Acusados de atuar para atrasar – e mesmo encerrar – o processo por quebra de decoro parlamentar, os aliados de Cunha se valeram de regras internas da Câmara para levar o caso praticamente à estaca zero. Como este site mostrou em 2 de fevereiro, o vice-presidente da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), acatou recurso apresentado por Carlos Marun (PMDB-MS) para anular o que havia sido feito. Assim, o colegiado terá de reanalisar os procedimentos desde o início no Conselho, que já havia aprovado a admissibilidade das acusações de partidos como o Psol contra Cunha. A comissão, que tem 21 membros titulares, volta a se reunir na próxima terça-feira (16). O próprio Nilton Capixaba já foi alvo do Conselho de Ética, em 2006, sob a acusação de envolvimento com a chamada máfia dos sanguessugas, esquema que consistiu no uso de emendas parlamentares para a compra de ambulâncias superfaturadas. Naquele ano, por oito votos favoráveis e duas abstenções, o colegiado aprovou o parecer do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), para quem Capixaba recebeu vantagens indevidas da Planam, empresa investigada à época, “no curso e no desempenho de suas funções eletivas”. Mas Capixaba, que não se reelegeu para mais um mandato, beneficiou-se com o fim daquela legislatura (2003-2006) sem que o Conselho tivesse concluído o processo.

## Judiciário

**CNJ realiza nesta terça-feira a 225ª Sessão Ordinária.** Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, nesta terça-feira (16/2), a partir das 14 horas, a 225ª Sessão Ordinária, na sede do colegiado, em Brasília. Na pauta estão incluídos pedidos de providências, sindicâncias, propostas de atos normativos, procedimentos de controle administrativo, processos administrativos disciplinares e outros tipos de procedimentos. Dentre os itens, 60 são processos com vista regimental, 36 remanescentes de outras sessões e dois itens novos. Os temas incluem atos de caráter normativo, itens disciplinares, concursos para tribunais, concursos para provimento de cartórios e movimentação de magistrados e servidores nas respectivas carreiras, além de outros assuntos relativos à esfera administrativa do Poder Judiciário. Confira [aqui](#) a pauta de julgamentos da 225ª Sessão Extraordinária.

**Decisão do STF sobre afastamento de Cunha aguarda notificação e defesa.** Motivo de apreensão no meio político em Brasília, a possibilidade de afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ainda precisa passar por trâmites antes da decisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda não tem data certa para ocorrer. Apresentado no final do ano passado pela Procuradoria Geral da República (PGR), o pedido de afastamento ainda não foi formalmente apresentado ao próprio Cunha. Só a partir da notificação, que deve ocorrer na semana que vem, é o que o deputado poderá se defender, num prazo de dez dias. A partir daí, caberá ao ministro Teori Zavascki, relator do caso, preparar um voto e levar o assunto para decisão final do plenário do STF, composto por 11 ministros. O afastamento foi pedido sob o argumento de que Cunha usa o cargo para obstruir as investigações da Operação Lava Jato e o andamento de uma representação contra ele no Conselho de Ética da Câmara. A PGR diz que o peemedebista usa seu poder para constranger e intimidar parlamentares, réus colaboradores, advogados e agentes públicos. O deputado nega, diz que o pedido é baseado em "ilações" e "agressões" e que o procurador-geral da República,

Rodrigo Janot, pretende fazer uma "cortina de fumaça" para tirar o foco do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. No início deste mês, Teori Zavascki indicou que a decisão sobre o afastamento poderá ocorrer só depois que o plenário do STF decidir sobre outra pendência relacionada ao deputado: uma denúncia apresentada em agosto que o acusa de receber ao menos US\$ 5 milhões de propina para viabilizar a contratação de dois navios-sonda para a Petrobras. Cunha nega. Ele desafiou que se provasse que pediu propina e disse que o delator que apontou a suposta vantagem foi obrigado a mentir.

**PT mira em Marina e Aécio no TSE.** O avanço do processo de cassação da chapa da presidente Dilma Rousseff e do vice Michel Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impôs ao governo uma nova estratégia para tentar constranger seus adversários das eleições de 2014 cujas prestações de contas aguardam análise da corte. A artilharia está voltada para a ex-ministra Marina Silva (Rede), que, segundo o PT, ainda deve explicações sobre supostas irregularidades no uso, durante a campanha, do avião que caiu em Santos (SP) em agosto de 2014 – o presidenciável do PSB, Eduardo Campos, morreu no acidente. Também haverá pressão para que as contas do senador Aécio Neves (MG), candidato derrotado do PSDB, sejam analisadas o quanto antes.

**PT aposta em novo TSE para salvar Dilma de cassação.** O Palácio do Planalto e o PT apostam em mudanças na composição do plenário do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para arrastar a análise dos processos de cassação da presidente Dilma Rousseff e de seu vice, Michel Temer, e beneficiá-los no julgamento. A primeira dança das cadeiras esperada é a saída do atual presidente do TSE e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli. A outra é uma possível mudança na relatoria do principal pedido de perda de mandato, o que prolongaria a conclusão do caso. Toffoli deixará o comando da Justiça Eleitoral no dia 13 de maio, e o TSE no fim do mês, quando será substituído pela ministra do STF Rosa Weber, considerada mais técnica e menos afeita a "paixões partidárias", nas palavras de auxiliares da presidente. No TSE, espera-se que os petistas tentem empurrar a votação de processos ao menos até essa troca. A estratégia seria pedir depoimentos e diligências, atrasando com isso a conclusão das ações. Dilma e Temer são alvos de quatro processos que podem levá-los à perda de mandato. A oposição os acusa de abuso de poder econômico e político e aponta suspeitas de que a campanha da reeleição tenha usado recursos desviados da Petrobras. Nos bastidores, membros do governo reclamam de que Toffoli teria se afastado do Planalto e de que ele faz dobradinha com o colega Gilmar Mendes, que é um dos principais críticos das gestões petistas e assumirá a presidência da Justiça Eleitoral neste ano. Para o governo, o afastamento de Toffoli cresceu desde o julgamento do mensalão, em 2012. Na ocasião, o ministro, que foi advogado-geral da União no governo Lula, votou pela condenação do ex-presidente do PT e ex-deputado federal José Genoino (SP). Pelos cálculos governistas, a Aime (Ação de Impugnação de Mandato Eletivo), principal ação contra Dilma e Temer, deve trocar de relatoria antes de ir a plenário. O mandato da ministra Maria Thereza Moura, que é responsável por três processos, termina em setembro. O relator substituto ainda terá que ser discutido pelo TSE. Os ministros decidirão se as quatro ações tramitarão juntas e se ficarão ligadas à Corregedoria ou ao gabinete da ministra.

## Último Foco

**Ministro diz que governo cogita multa federal a donos de imóveis fechados.** O ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, afirmou nesta segunda (15) que o governo estuda a possibilidade de estabelecer multa federal para proprietários de terrenos baldios e imóveis fechados que possam se transformar em locais de reprodução do mosquito *Aedes aegypti*. Wagner afirmou que o governo federal vai sugerir a adoção da multa aos prefeitos, mas disse que a presidente Dilma Rousseff pediu à Advocacia Geral da União (AGU) um estudo que aponte se é viável uma multa federal. O ministro deu a declaração após uma reunião com Dilma e outros seis ministros sobre estratégias para conter a expansão do *Aedes*, transmissor dos vírus da dengue, da zika e chikungunya. "Dentro dessa reunião, veio a possibilidade de estabelecimento de multa como forma de acionar os proprietários de terrenos baldios ou residências e casas fechadas. Alguns municípios já aplicam, como Aracaju, e a presidenta encomendou rapidamente um estudo à Advocacia-Geral da União para saber se cabe esse tipo de multa estabelecida a nível federal, já que estamos em uma emergência de saúde", disse o ministro. Embora o estudo tenha sido encomendado à AGU, Wagner afirmou que é "mais próprio" a aplicação desse tipo de multa pelos municípios. "De qualquer forma, vamos fazer essa sugestão para os prefeitos. Do ponto de vista municipal, é muito mais próprio esse tipo de multa. [...]"

Até porque, se não punir as pessoas que mantêm [os focos], quer dizer, você arruma 99 casas e deixa uma, aí fica impossível", acrescentou. Perguntado sobre quem seria multado, o ministro respondeu que seriam pessoas que "se recusassem ou reincidirem em manter focos". "Se ela [a pessoa] não deixar entrar, nós vamos entrar por força da medida provisória. Chega lá, você tem foco, a pessoa está infestando sua rua e seu município. Cabe multa pela irresponsabilidade da manutenção do imóvel, seja terreno ou casa fechada", declarou.

**Comissão da Câmara terá grupo permanente sobre saneamento básico.** Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados terá um grupo permanente dedicado ao saneamento básico. A proposta consta do relatório final da subcomissão especial temporária que, ao longo de 2015, analisou as ações do País para garantir a universalização do saneamento básico e o uso racional da água. Depois de discutir esses temas com especialistas, sociedade civil e várias esferas de governo, os deputados traçaram um diagnóstico preocupante e sugeriram soluções que vão depender do esforço da população em geral. O saneamento básico também é o tema deste ano da Campanha Ecumênica da Fraternidade, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic).

**Congresso Nacional abriga IV Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo.** A revisão da Lei de Licitações, em debate no Congresso, é um dos temas de destaque do IV Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) promoverá nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2016 na Câmara dos Deputados. Estão convidados os profissionais e estudantes de Arquitetura e Urbanismo, os conselheiros federais e estaduais do CAU, os presidentes dos CAU dos Estados e do DF, os dirigentes das entidades nacionais de arquitetos e demais interessados nas discussões que tratam da construção das cidades, da organização do território e outros temas que envolvem a formação e a prática profissional dos arquitetos e urbanistas. A sessão de abertura, no dia 18 de fevereiro, contará com uma palestra da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, ela foi secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades e relatora internacional do Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em seguida à palestra, haverá debate com a participação de dois convidados especiais: um representante de movimentos sociais, Miguel Lobato Silva, e o arquiteto e urbanista José Roberto Bassul Campos, ex-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Distrito Federal (IAB/DF). Os participantes do seminário serão divididos em dois grupos de trabalho, com o objetivo de debater os 61 projetos de lei da área de interesse da Arquitetura e Urbanismo que tramitam na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. Os grupos de trabalho são: Desenvolvimento Urbano e Habitacional e Desenvolvimento Profissional em Arquitetura e Urbanismo. Conheça o teor de todos os projetos baixando o [Caderno de Trabalho do Seminário](#). Na tarde do dia 19, as recomendações dos GTs serão debatidas em plenário. Ao final do evento, serão formuladas diretrizes para a ação parlamentar do CAU/BR em 2016, sempre em busca da defesa do melhor interesse da sociedade, da Arquitetura e do Urbanismo. Para Haroldo Pinheiro, presidente do CAU/BR, "em sua quarta edição o Seminário se consolida como o principal evento que reúne arquitetos e urbanistas, estudantes, deputados e senadores para debater as proposições legislativas concernentes ao setor de Arquitetura e Urbanismo e contribuir com os parlamentares na defesa da construção de cidades com mais qualidade de vida, respeito ao meio ambiente e à cultura local".